

VLI Multimodal S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações do fluxo de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	15

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI Multimodal S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 08 de março de 2018.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
VLI Multimodal S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Multimodal S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Investimentos em empresas controladas avaliadas pelo Método da Equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 4.12, a Companhia detém participações societárias em empresas de capital aberto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, por se tratarem de controladas. Essas investidas registram estimativas contábeis críticas relevantes, que envolvem um alto nível de julgamento de avaliação na sua determinação, e que podem afetar o resultado da VLI Multimodal S.A. de forma relevante, como descrito a seguir:

- Gastos com ativo imobilizado e intangível já que envolve julgamento quanto à alocação dos gastos entre imobilizado quando ocorre aquisição ou investimentos próprios, intangível quando ocorre manutenção ou investimentos vinculados à concessão ou resultado quando relativos a gastos com manutenção, para determinação do momento de transferência dos projetos em andamento para a conta definitiva que é crucial para a determinação do início da depreciação/amortização e o impacto que uma alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos pode ter nas demonstrações financeiras das controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.
- Processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e seu desconto, que são base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível e o impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras da controlada Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Devido à relevância do investimento e resultados destas investidas nas demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A., assim como a mensuração das estimativas contábeis destas investidas envolverem julgamento significativo da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e conseqüentemente nas demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A., consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela Companhia para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras no processo de registro da equivalência patrimonial. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as controladas, avaliação e discussão dos riscos de distorção relevante em relação aos assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante.

Os Principais Assuntos de Auditoria das empresas controladas por nós auditadas, estão descritos nos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras de cada empresa investida, e envolvem essencialmente, os riscos indicados acima. Para esses riscos de distorção relevante das investidas por nós auditadas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria e análise dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e os procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos destacados acima. Efetuamos também testes de recálculo das participações na investida, assim como os reflexos nas contas contábeis de investimento e resultado de equivalência patrimonial. Adicionalmente, analisamos o processo de identificação e avaliação da recuperabilidade dos investimentos efetuados pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o valor do investimento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as



exigências de éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 - Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	1.195.459	284.932
Contas a receber	4.5	307.432	245.915
Outros ativos financeiros	4.31	31	-
Estoques	4.6	14.887	2.810
Tributos antecipados sobre o lucro	4.7	-	8.778
Tributos a recuperar	4.7	96.122	125.783
Despesas pagas antecipadamente	4.9	6.726	9.647
Dividendos a receber	4.8	57.118	97.346
Sinistros a recuperar	4.10	-	42.133
Demais ativos	4.10	10.172	12.565
		<u>1.687.947</u>	<u>829.909</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.5	1.853	1.292
Despesas pagas antecipadamente	4.9	3.210	7.447
Depósitos judiciais	4.11	2.186	1.617
Tributos a recuperar	4.7	233.901	179.480
Tributos diferidos sobre o lucro	4.28(a)	16.307	8.743
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.22	79.978	79.978
Sinistros a recuperar	4.10	41.732	-
Demais ativos	4.10	1.643	789
Investimentos	4.12	8.095.180	7.734.188
		<u>3.365.632</u>	<u>3.616.171</u>
Imobilizado	4.13		
Intangível	4.14	195.939	12.203
		<u>12.037.561</u>	<u>11.641.908</u>
Total do ativo		<u>13.725.508</u>	<u>12.471.817</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.16	331.127	384.957
Debêntures	4.16	11.658	11.307
Fornecedores	4.15	205.460	349.261
Contas a pagar	4.15	2.964	46.972
Outros passivos financeiros	4.31	4.998	-
Tributos a recolher	4.17	20.870	12.731
Tributos a recolher sobre o lucro	4.17	18.848	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.18	50.596	17.112
Dividendos propostos	4.21	174.182	153.129
Provisões operacionais	4.19	10.925	10.945
Antecipações de clientes	4.20	344	474
Demais contas a pagar		-	50
		<u>831.972</u>	<u>986.938</u>
Não circulante			
Fornecedores	4.15	8.586	16.075
Empréstimos e financiamentos	4.16	3.530.402	2.279.661
Debêntures	4.16	444.114	430.095
Provisão para processos judiciais	4.11	112	2
Benefícios a empregados	4.30.2	51.560	31.015
		<u>4.034.774</u>	<u>2.756.848</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.23	8.238.854	8.238.854
Ajustes de avaliação patrimonial		(27.527)	(20.619)
Reservas de lucros		647.435	509.796
		<u>8.858.762</u>	<u>8.728.031</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>13.725.508</u>	<u>12.471.817</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 - Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de serviços prestados	4.24	2.363.774	2.022.579
Custo dos serviços prestados	4.25	(2.130.896)	(1.846.832)
Lucro bruto		232.878	175.747
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.26 (a)	(12.525)	(12.477)
Gerais e administrativas	4.26 (b)	(140.877)	(107.267)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.26 (c)	242.117	246.247
		88.715	126.503
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		321.593	302.250
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.12	261.733	145.172
Resultado financeiro	4.27	(239.409)	(204.047)
Despesas financeiras		(290.003)	(223.802)
Receitas financeiras		43.956	16.716
Receitas com variação monetária e cambial		6.638	3.039
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		343.917	243.375
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.28 (b)	(32.108)	(37.692)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(40.231)	(33.694)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		7.564	(4.432)
Incentivos fiscais		559	434
Lucro líquido do exercício		311.809	205.683
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$	4.23 (e)	0,82	0,63

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 - Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	311.809	205.683
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>311.809</u></u>	<u><u>205.683</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 - Demonstração da mutação no patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	Reservas Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2016	6.941.323	24.938	355.359	-	(20.619)	-	7.301.001
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	178.240	178.240
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	178.240	178.240
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	10.284	118.781	434	-	(129.499)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(48.741)	(48.741)
Aporte de Capital							
Moeda Corrente							
VLI S/A	125.000	-	-	-	-	-	125.000
Investimentos - participação societária -VOP							
VLI S/A	1.172.531	-	-	-	-	-	1.172.531
Em 31 de dezembro de 2016	8.238.854	35.222	474.140	434	(20.619)	-	8.728.031
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	311.809	311.809
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	311.809	311.809
Outros resultados abrangentes							
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(6.908)	-	(6.908)
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	15.590	221.745	559	-	(237.894)	-
Reversão de reserva de incentivo fiscal	-	-	411	(411)	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	(100.255)	-	-	-	(100.255)
Dividendos	-	-	-	-	-	(73.915)	(73.915)
Em 31 de dezembro de 2017	8.238.854	50.812	596.041	582	(27.527)	-	8.858.762

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 - Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	311.809	205.683
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(261.733)	(145.172)
Depreciação e amortização	680.841	624.203
Provisões para perdas e processos judiciais	3.637	5.342
Constituição (reversão) operacionais	(20)	(3.550)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(6.638)	(3.040)
Baixa de ativos	2.252	-
Derivativos	4.998	-
Ajuste a valor presente	(1.869)	-
Despesas com benefícios a empregados	21.497	15.959
Tributos diferidos sobre o lucro	(7.564)	4.431
Imposto de Renda - Incentivo fiscal	-	(434)
Despesas Financeiras - juros s/ empréstimos	277.687	212.287
	1.024.897	915.709
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(65.605)	(37.869)
Estoques	(12.077)	90
Tributos a recuperar	(8.863)	20.635
Despesas pagas antecipadamente	7.688	(12.950)
Depósitos judiciais	(409)	(712)
Sinistros a recuperar	401	9.723
Demais ativos	1.539	(3.753)
Fornecedores	(152.709)	(139.714)
Contas a pagar	(44.008)	18.289
Tributos a recolher	8.137	(12.167)
Tributos a recolher sobre o lucro	18.848	9.497
Obrigações sociais e trabalhistas	33.484	(23.808)
Benefícios a empregados	(952)	1.906
Antecipações de clientes	(130)	214
Demais passivos	(50)	(17)
Caixa líquido gerado pelas operações	810.191	745.073
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(48.781)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	810.191	696.292
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(616.288)	(1.188.463)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(232.958)	(119.978)
Dividendos recebidos	167.018	74.788
Caixa incorporado	-	7.493
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(682.228)	(1.226.160)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos com instituições financeiras	1.556.119	625.329
Pagamentos Empréstimos e Financiamentos	(375.441)	(58.835)
Juros Pagos Empréstimos e Financiamentos	(244.996)	(127.784)
Aumento de capital	-	125.000
Dividendos pagos	(153.118)	-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	782.564	563.710
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	910.527	33.842
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	284.932	251.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.195.459	284.932

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 - Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.718.313	2.355.452
Outras receitas (despesas)	344.788	314.694
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(3.527)	(5.376)
	<u>3.059.574</u>	<u>2.664.770</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(441.179)	(263.295)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.333.318)	(1.218.463)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	(125)	34
Outros	(20.370)	(11.567)
	<u>(1.794.992)</u>	<u>(1.493.291)</u>
Valor Adicionado bruto	1.264.582	1.171.479
Depreciação, amortização e exaustão	(680.841)	(624.203)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	583.741	547.276
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	261.733	145.172
Receitas financeiras e Variações Cambiais	53.273	24.609
	<u>315.006</u>	<u>169.781</u>
Valor adicionado total a distribuir	898.747	717.057
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	166.220	95.763
Impostos, Taxas e Contribuições	130.331	188.021
Remuneração de Capitais de Terceiros	290.387	227.590
Remuneração de Capital próprio - Lucro líquido do exercício	311.809	205.683
Valor Adicionado distribuído	898.747	717.057

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade anônima, (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”) com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A..

Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A. que detém 99,99% de seu capital social.

Foi anunciada no dia 3 de julho, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso,

a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS") com sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão tem por objeto social principal realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

Incorporação societária da VLI Operações Portuárias ("VOP")

A partir de 30 de novembro de 2016, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da VLI Operações Portuárias S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a VLI Multimodal S.A., que passou a suceder a VOP em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

Concomitantemente, a realização da assembleia geral de incorporação, a VLI S.A. aumentou a sua participação societária na VLI Multi, mediante aportes de capital com as ações ordinárias da VLI Operações Portuárias, de sua propriedade, no capital social da VLI Multi.

A VLI Multimodal S.A. incorporou o acervo patrimonial, a valor contábil, da VLI Operações Portuárias S.A., visando obter melhoria na gestão das operações e dos ativos da Companhia. Esta reestruturação societária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de novembro de 2016.

Incorporação em novembro de 2016	Parcela da Incorporação
Ativo incorporados	1.435.993
Passivo assumidos	263.462
Ativos líquidos (PL)	1.172.531

Consórcio TMIB

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A - "Petrobras" e a VLI Operações Portuárias S.A - "VLI", que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004.

Ultrafertil S.A – Controlada

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil") é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Incorporação societária reversa da TUF Empreendimentos e Participações S.A. (TUF)

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafertil S.A, que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na TUF Empreendimentos e Participações S.A., receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da Ultrafertil S.A. será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social.

ULTRAFERTIL S.A. Quadro societário após a Incorporação			
ACIONISTA	AÇÕES	VALOR	PARTICIPAÇÃO (%)
Vale Fertilizantes S.A.	680.293	R\$ 209.071	17,11%
VLI Multimodal S.A.	3.295.016	R\$ 1.012.850	82,89%
TOTAL	3.975.309	R\$ 1.221.921	100%

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios envolvendo o grupo econômico da Incorporada e da Incorporadora, bem como a Vale Fertilizantes S.A., que tem como finalidade:

- (i) Adequar a estrutura jurídica que envolve a gestão e a operação do TIPLAM à atual realidade, aproximando as atividades da Incorporadora à holding que a controla indiretamente, a VLI S.A.;
- (ii) racionalizar a estrutura jurídica com a eliminação dos processos e órgãos em duplicidade (diretoria, comitês, conselho de administração e assembleia), o que representará eficiência administrativa e operacional para a Incorporadora e para seu grupo econômico, com a consequente redução e otimização de custos e despesas, e racionalização de seus processos, inclusive em relação à elaboração e arquivamento de atos societários, contratação de despachantes e publicações de atos e demonstrações financeiras; e
- (iii) Consolidar em uma única sociedade os recursos empresariais e patrimônios das Sociedades, permitindo, assim, uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, e, via de consequência, trazendo maiores benefícios para as atividades sócias desempenhadas.

Incorporação em dezembro de 2017	Parcela da Incorporação
Ativo incorporados	1.689.055.729,56
Passivo assumidos	139.802.984,90
Ativos líquidos (PL)	1.549.252.744,66

Balanço Patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S/A - Base Incorporação

<u>Em Reais</u>	<u>31/10/2017</u>
Ativo	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de Capital	140.000.000,00
Investimento	
Participação Societária	1.233.093.778,21
Ágio	315.961.951,35
	<u>1.689.055.729,56</u>
Total do Ativo	<u>1.689.055.729,56</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de Capital	139.802.984,90
	<u>139.802.984,90</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	1.453.366.070,00
Ajuste de avaliação Patrimonial	3.101.940,00
Reservas de lucros	102.453.570,25
Prejuízos acumulados	(9.668.835,59)
Total do patrimônio líquido	<u>1.549.252.744,66</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.689.055.729,56</u>

4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2018.

4.2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

4.2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

4.2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.2.4 Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão

pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4.2.5 Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reconhecimento de dividendos a receber - investimentos	57.118	147.346
Reconhecimento de dividendos a receber	57.118	147.346
Dividendos mínimos propostos - passivo circulante	167.664	48.741
Proposta de dividendos mínimos - patrimônio líquido	167.664	48.741
Empréstimos e financiamentos	-	61.608
Adição ao imobilizado em operações de financiamentos (FINAME)	-	61.608
Adição de juros no principal da dívida (FINEM)	18.978	41.569
Capitalização de Juros (FINEM)	18.978	41.569

As parcelas inerentes da incorporação societária estão demonstradas na nota 4.1 - Contexto operacional.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa equivalente de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, adiantamentos para futuro aumento de capital e outros ativos financeiros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, após seu reconhecimento inicial, dos empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*"impairment"*).

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de juros efetiva.

(f) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

(g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.13.

(h) Intangível

O intangível refere-se a direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.14.

(i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor

em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(j) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas dos impostos diferidos e correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(l) Empréstimos, financiamentos e debentures

Os empréstimos, financiamentos e debentures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo valor justo e custo amortizado sendo atualizados pelos métodos fluxo de caixa descontado e de juros efetivos e encargos, respectivamente. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

(n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (“*constructive obligation*”).

(o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e transporte ferroviário e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

(p) Dividendos

De acordo com o Estatuto será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

(q) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais.

(r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 15

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços de transportes ferroviários de cargas e, também, para serviços portuários prestados pela VLI Multi, sendo que todos os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas e também para serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

A VLI Multi realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

1 - Identificação do contrato

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com: transporte ferroviário de cargas, incluindo as cláusulas de penalidades (TOP); estadia de vagões; tráfego mútuo; direitos de passagens; serviços portuários, inclusive as acessórias, alienação de ativos.

2 - Identificação da obrigação de desempenho

As obrigações de desempenho das atividades operacionais da VLI Multi são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos de transportes consiste na integração dos múltiplos modais, incluindo o carregamento e a descarregamento nos TI terminais. A medição dos serviços ferroviários deverá ser preferencialmente efetuada pelo peso real movimentado, apurado na origem ferroviária, em balança com aferição validada por órgão competente. Deverá considerar sempre um peso mínimo de carregamento para cada tipo de vagão a ser utilizado, se o carregamento do mesmo não for de responsabilidade da VLI Multi.

3 - Determinação do preço da transação

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da Companhia.

4 - Alocação do preço da transação

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço

quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

A VLI Multi concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas nos terminais e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos de transportes, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

Considerando as atividades da VLI Multi, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

IFRS 9

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades da VLI Multi a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço da Companhia.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação dúvida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

A Companhia deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, a VLI Multi precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. A Companhia não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência da VLI Multi, por ter o mesmo o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

A VLI Multi optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Empréstimos e Financiamentos, Contas a Receber, Contas a Pagar, Derivativo e Arrendamento e Concessão, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

IFRS 16

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1 de janeiro de 2019.

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A VLI Multi deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A VLI Multi pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1 de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia são: vagões e locomotivas, terminais integradores, projetos de renovação de locomotivas, contratos de concessão de transporte de cargas

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias, sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	51.334	11.178
Aplicações financeiras (a)	1.144.125	273.754
	<u>1.195.459</u>	<u>284.932</u>

(a) Aplicações em debêntures compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,58% em 31 de dezembro de 2017 e 94,37% em 31 de dezembro de 2016 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.5 - Contas a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	295.407	235.331
Contas a receber partes relacionadas	27.437	22.469
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(15.412)	(11.885)
	<u>307.432</u>	<u>245.915</u>
Não circulante		
Contas a receber de clientes	1.853	1.292
	<u>1.853</u>	<u>1.292</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	275.530	204.926
Vencidos até 3 meses	22.800	3.395
Vencidos de 3 a 6 meses	1.155	35.533
Vencidos acima 6 meses	25.212	15.238
	<u>324.697</u>	<u>259.092</u>

As análises de vencimentos dos créditos com empresas ligadas estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	16.495	6.507
Vencidos até 3 meses	1.959	3.723
Vencidos de 3 a 6 meses	591	8.053
Vencidos acima 6 meses	8.392	4.186
Contas a receber de clientes	<u>27.437</u>	<u>22.469</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de crédito de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.6 - Estoques

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Peças e componentes de equipamentos / instalações	1.076	1.562
Combustíveis, lubrificantes e gases	52	44
Materiais de expediente e outros	12.335	933
Materiais elétricos / eletrônicos	243	71
Outros materiais	1.181	200
	14.887	2.810

4.7 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Tributos antecipados sobre lucro	-	8.778
	-	8.778
Circulante		
ICMS a recuperar	71.061	75.231
Imposto de renda retido na fonte	-	3.739
PIS e COFINS a compensar	16.222	39.445
Tributos a recuperar	-	3.145
ISS	5.693	2.248
INSS	25	25
Outros	3.121	1.950
	96.122	125.783
Não circulante		
ICMS a recuperar	44.059	84.090
PIS e COFINS a compensar	166.035	91.020
Tributos a recuperar	23.807	4.370
	233.901	179.480
Tributos a recuperar - total	330.023	314.041

4.8 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multi, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os Dividendos apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram nos valores de R\$ 57.118 e R\$ 97.346 respectivamente.

4.9 - Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Outras despesas antecipadas	767	-
Despesas c/ licença de uso de softwares	5.959	9.647
	6.726	9.647
Não circulante		
Despesas c/ licença de uso de softwares	-	4.237
Direito de usufruto de imóvel	3.210	3.210
	3.210	7.447
Despesas pagas antecipadamente - total	9.936	17.094

4.10 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Sinistros a recuperar (a)	-	42.133
Total de sinistros a recuperar	-	42.133
Circulante		
Adiantamento a empregados	2.341	1.223
Adiantamento a fornecedores	6.111	7.345
Outras contas	1.720	3.997
Total de demais ativos	10.172	12.565
Não circulante		
Adiantamento a empregados	395	789
Adiantamento a fornecedores	1.248	-
Total de demais ativos	1.643	789
Não circulante		
Sinistros a recuperar (a)	41.732	-
Total de sinistros a recuperar	41.732	-

a) Os gastos relevantes com sinistros ocorridos foram apropriados no ativo não circulante por não termos evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.

4.11 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

	31/12/2017		31/12/2016	
Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	
Trabalhistas	517	112	115	-
Cíveis	929	-	846	2
Tributárias	740	-	656	-
	2.186	112	1.617	2

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
Trabalhistas	115	391	(10)	21	517
Cíveis	846	-	-	83	929
Tributárias	656	28	-	56	740
	1.617	419	(10)	160	2.186

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
Trabalhistas	-	107	-	5	112
Cíveis	2	-	(2)	-	-
	2	107	(2)	5	112

4.11.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 171.142 (31 de dezembro de 2016 - aproximadamente R\$ 138.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	20.846	10.000
Cíveis	3.306	1.000
Tributárias	146.854	127.000
Ambientais	136	-
	<u>171.142</u>	<u>138.000</u>

4.12 - Investimentos

4.12.1 - Movimentação dos investimentos

	<u>31/12/2017</u>					
	<u>FCA</u>	<u>FNS</u>	<u>TUF</u>	<u>UF</u>	<u>VLI Soluções</u>	<u>VLI Multimodal</u>
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2016	4.381.272	2.100.089	1.252.826	-	1	7.734.188
Transferência de ações por incorporação - TUF na UF	-	-	(1.261.413)	1.252.826	-	(8.587)
Lucros não realizados	(2.948)	-	-	-	-	(2.948)
Aumento de capital	-	32.241	-	210.000	-	242.241
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.058)	-	(6.058)
Resultado de equivalência patrimonial						
Resultado das controladas	7.375	248.719	8.587	-	-	264.681
Dividendos propostos	-	(46.096)	-	-	-	(46.096)
Dividendos adicionais	-	(80.000)	-	-	-	(80.000)
Incentivos fiscais capitalizados	-	(2.241)	-	-	-	(2.241)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2017	<u>4.385.699</u>	<u>2.252.712</u>	<u>-</u>	<u>1.456.768</u>	<u>1</u>	<u>8.095.180</u>

	<u>31/12/2016</u>					
	<u>FCA</u>	<u>FNS</u>	<u>TUF</u>	<u>UF</u>	<u>VLI Soluções</u>	<u>VLI Multimodal</u>
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2015	1.596.075	1.962.366	-	-	-	3.558.441
Transferência de ações por incorporação - VOP	-	-	1.256.704	-	1	1.256.705
Aumento de capital	2.835.892	112.766	-	-	-	2.948.658
Resultado de equivalência patrimonial						
Resultado das controladas	(23.252)	161.975	6.449	-	-	145.172
Dividendos adicionais 2015	-	(107.159)	-	-	-	(107.159)
Dividendos propostos	-	(29.859)	(10.327)	-	-	(40.186)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2016	<u>4.408.715</u>	<u>2.100.089</u>	<u>1.252.826</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>7.761.631</u>

4.12.2 - Informações sobre controladas

	<u>31/12/2017</u>					
	<u>% Participação</u>	<u>Número de Ações</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	110.293.640	5.310.577	5.310.577	4.388.874	7.375
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	2.647.450	2.647.450	2.252.712	248.719
VLI Soluções S.A.	100,00%	1.000	1	1	1	-
Ultrafértil S.A.	82,89%	3.975.309	3.251.855	3.251.855	1.757.471	10.525

	<u>31/12/2016</u>					
	<u>% Participação</u>	<u>Número de Ações</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	367.645.368.480.696	5.076.805	5.076.805	4.381.499	(25.614)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	2.471.134	2.471.134	2.100.089	161.975
VLI Soluções S.A.	100,00%	1.000	1	1	1	-
TUF Emp. e Participações S.A	81,01%	1.122.929.587	1.558.922	1.558.922	1.546.176	43.487

4.13 - Imobilizado

					<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	10 a 50 anos	2,04%	243.992	(18.151)	225.841	193.887
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 50 anos	3,15%	209.492	(10.916)	198.576	139.963
Equipamentos autônomos	4 a 20 anos	6,08%	188.596	(18.629)	169.967	133.028
Veículos	3 a 7 anos	19,01%	2.153	(1.461)	692	1.067
Bens administrativos/auxiliares	5 a 10 anos	10%	6.851	(1.992)	4.859	4.784
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	115.722	(58.748)	56.974	67.307
Locomotivas	25 anos	4,00%	1.201.969	(141.502)	1.060.467	1.091.044
Vagões	33,3 anos	3,00%	1.599.024	(140.930)	1.458.094	1.461.257
Via permanente	5 a 25 anos	7,86%	12.335	(1.093)	11.242	159.003
Outros ativos	10 anos	10,00%	1.848	(335)	1.513	42.038
			3.581.982	(393.757)	3.188.225	3.293.378
Benfeitorias em curso			177.407	-	177.407	322.793
			177.407	-	177.407	322.793
			3.759.389	(393.757)	3.365.632	3.616.171

A Companhia não tem nenhum ativo imobilizado dado como garantia.

Benfeitorias em curso	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de equipamentos ferroviários	-	773
Aquisição e modernização locomotivas	21.432	56.612
Aquisição e modernização vagões	46.649	64.130
Construção e ampliação de pátios e terminais	77.724	152.356
Desenvolvimento / Melhoria sistemas	11.913	28.653
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	-	3.279
Segurança, saúde, meio ambiente - desenvolvimento sustentável	8	450
Outros	19.681	16.540
	177.407	322.793

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	208.144	-	-	35.868	(20)	-	243.992
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	145.101	14.000	(71)	26.981	23.481	-	209.492
Equipamentos autônomos	142.524	-	(484)	21.257	25.299	-	188.596
Veículos	2.604	-	(450)	-	(1)	-	2.153
Bens administrativos/auxiliares	6.223	-	(115)	743	-	-	6.851
Equipamentos e aplicativos de informática	104.505	-	(51)	11.296	(28)	-	115.722
Locomotivas	1.193.012	-	-	8.958	-	(1)	1.201.969
Vagões	1.555.110	-	(2.526)	46.439	-	1	1.599.024
Via permanente	174.152	-	-	-	(161.817)	-	12.335
Outros ativos	42.193	-	-	61.774	(102.119)	-	1.848
	3.573.568	14.000	(3.697)	213.316	(215.205)	-	3.581.982
Benfeitorias em curso	322.793	116.418	(48.324)	(213.316)	(164)	-	177.407
	322.793	116.418	(48.324)	(213.316)	(164)	-	177.407
	3.896.361	130.418	(52.021)	-	(215.369)	-	3.759.389

*O montante de R\$ (48.324) refere-se à regularização de adiantamentos a fornecedores efetuados entre os períodos de 2017 e 2016.

Imobilizado - depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/2017
Imóveis	(14.257)	(4.623)	-	729	(18.151)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(5.138)	(5.844)	71	(5)	(10.916)
Equipamentos autônomos	(9.496)	(9.604)	470	1	(18.629)
Veículos	(1.537)	(374)	450	-	(1.461)
Bens administrativos/auxiliares	(1.439)	(654)	102	(1)	(1.992)
Equipamentos e aplicativos de informática	(37.198)	(21.600)	51	(1)	(58.748)
Locomotivas	(101.968)	(39.534)	-	-	(141.502)
Vagões	(93.853)	(47.368)	301	(10)	(140.930)
Via permanente	(15.149)	(1.941)	-	15.997	(1.093)
Outros Ativos	(155)	(195)	-	15	(335)
	(280.190)	(131.737)	1.445	16.725	(393.757)
Total líquido	3.616.171	(1.319)	(50.576)	(198.644)	3.365.632

4.14 - Intangível

				31/12/2017	31/12/2016	
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito contratual (i) e (ii)		8,33%	1.708.965	(1.708.965)	-	-
Direito contratual (iii)		8,33%	37.000	(37.000)	-	-
Direito contratual (iv)		8,33%	251.203	(251.203)	-	-
			1.997.168	(1.997.168)	-	-
Benefitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			53	-	53	123
Imóveis	50 anos	2,00%	399	(16)	383	-
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	25 anos	4,00%	63.492	(1.797)	61.695	-
	5 a 20 anos					
Equipamentos autônomos		11,45%	1.316	(70)	1.246	-
Via permanente	14 anos	7%	162.067	(29.759)	132.308	-
Outros ativos	10 anos	10,00%	274	(20)	254	12.080
			227.601	(31.662)	195.939	12.203
			2.224.769	(2.028.830)	195.939	12.203

Intangível- Custo	31/12/2016	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Direito contratual (i) e (ii)	1.259.581	449.384	-	-	1.708.965
Direito contratual (iii)	37.000	-	-	-	37.000
Direito contratual (iv)	162.937	88.266	-	-	251.203
	1.459.518	537.650	-	-	1.997.168

Benefitorias em propriedades arrendadas

Terrenos	123	-	164	(234)	53
Imóveis	-	-	-	399	399
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	-	(23.481)	86.973	63.492
Equipamentos autônomos	-	-	(25.299)	26.615	1.316
Via permanente	-	-	161.817	250	162.067
Outros Ativos	12.109	-	102.168	(114.003)	274
	12.232	-	215.369	-	227.601
Benefitorias em curso					-
	1.471.750	537.650	215.369	-	2.224.769

Intangível - Amortização	31/12/2016	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Direito contratual (i) e (ii)	(1.259.581)	(449.384)	-	-	(1.708.965)
Direito contratual (iii)	(37.000)	-	-	-	(37.000)
Direito contratual (iv)	(162.937)	(88.266)	-	-	(251.203)
Imóveis	-	(5)	(729)	718	(16)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	(1.051)	-	(746)	(1.797)
Equipamentos autônomos	-	(70)	(1)	1	(70)
Bens administrativos/auxiliares	-	-	1	(1)	-
Equipamentos e aplicativos de informática	-	-	1	(1)	-
Vagões	-	-	1	(1)	-
Via permanente	-	(13.763)	(15.998)	2	(29.759)
Outros Ativos	(29)	(19)	-	28	(20)
	(1.459.547)	(552.558)	(16.725)	-	(2.028.830)
Total líquido	12.203	(14.908)	198.644	-	195.939

(i) Contrato celebrado entre Vale S.A e VLI Multimodal S.A

A Companhia adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

(ii) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A e VLI Multimodal S.A

O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 111.187 milhões anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

(iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A.

Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

(iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A

Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal S.A. de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal S.A. é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Granéis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

4.15 - Fornecedores e Contas a pagar

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores terceiros (a)	120.458	292.792
Fornecedores partes relacionadas	85.002	56.469
Total fornecedores	205.460	349.261
Contas a pagar (b)	2.964	46.972
Total de contas a pagar	2.964	46.972
Não circulante	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores terceiros (a)	8.586	16.075
Total fornecedores	8.586	16.075
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	127.785	300.483
Mercado externo	1.259	8.384
	129.044	308.867

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras ("Conveniadas"). Até 31 de dezembro de 2017 as aquisições totalizavam R\$ 2.964, sendo R\$ 436 com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 24/08/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 2.528 com prazo médio de pagamento de 90 dias. (Em 2016 o saldo era R\$ 46.972).

4.16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

4.16.1 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos Financeiros	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
FINAME	2,5%a.a. a 6,0%a.a	193.115	127.123
FINAME	TJLP+3%aa	8.368	8.653
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	88.332	46.257
NCE	CDI + 2,20% - CDI + 2,35%	-	161.353
CRA	95% a 103% CDI	10.157	7.161
CRI	TR+10,80% aa	36.269	36.682
NP	109% CDI	115	-
Custo de transação		(5.463)	(2.272)
		330.893	384.957
Resolução nº 4.131/62	USD + 2,8688% (109,9% CDI-SWAP)	234	-
Total de empréstimos, financiamentos		331.127	384.957
Debêntures	IPCA + 6,05% a IPCA + 9,0603%	13.666	13.251
Custo de transação (Debêntures)		(2.008)	(1.944)
Total de debêntures		11.658	11.307
Total circulante		342.785	396.264
Não circulante			
FINAME	2,5%a.a. a 6,0%a.a	1.007.552	1.196.922
FINAME	TJLP+3%aa	52.997	59.365
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	997.827	486.393
CRA	95% a 103% CDI	554.500	294.592
CRI	TR+10,80% aa	223.841	253.066
NP	109% CDI	400.000	-
Custo de transação		(24.420)	(10.677)
		3.212.297	2.279.661
Resolução nº 4.131/62	USD + 2,8688% (109,9% CDI-SWAP)	318.105	-
Total de empréstimos, financiamentos		3.530.402	2.279.661
Debêntures	IPCA + 6,05% a IPCA + 9,0603%	447.878	435.696
Custo de transação (Debêntures)		(3.764)	(5.601)
Total de debêntures		444.114	430.095
Total não circulante		3.974.516	2.709.756
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures		4.317.301	3.106.020

4.16.2 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	Adição				Amortização				31/12/2017	
		Principal	Juros Apropriados	Varição cambial	Juros Capitalização	Custo de transação	Principal	Juros Pagos	Juros Capitalização		Custo de transação
VLI Multimodal											
FINAME	1.392.063	-	61.594	-	-	-	(126.257)	(65.368)	-	-	1.262.032
FINEM	532.650	576.125	85.774	-	18.798	-	(55.443)	(52.948)	(18.798)	-	1.086.158
CRA	301.753	260.000	48.410	-	-	-	-	(45.506)	-	-	564.657
CRI	289.748	-	30.538	-	-	-	(33.741)	(26.435)	-	-	260.110
NCE	161.353	-	3.291	-	-	-	(160.000)	(4.644)	-	-	-
NP	-	400.000	115	-	-	-	-	-	-	-	400.115
DEBÊNTURES	448.948	-	41.171	-	-	-	-	(28.574)	-	-	461.545
RESOLUÇÃO 4.131/62	-	319.994	433	(2.088)	-	-	-	-	-	-	318.339
Custo de Transação	(20.495)	-	-	-	-	(21.521)	-	-	-	6.361	(35.655)
	3.106.020	1.556.119	271.326	(2.088)	18.798	(21.521)	(375.441)	(223.475)	(18.798)	6.361	4.317.301

4.16.3 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	292.963
2019	1.039.519	589.435
2020	944.861	554.447
2021	543.114	473.004
2022	622.752	287.878
2023 em diante	824.270	512.029
	<u>3.974.516</u>	<u>2.709.756</u>

4.16.4 - Garantias

O Grupo concedeu garantias para parte de seus financiamentos conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>Saldo do Financiamento em dez/17</u>	<u>Total Garantido</u>	<u>Garantias</u>
VLI Multimodal			
FINAME 2012	132.296	132.296	Fiança Bancária
FINAME 2013 - 2017	1.717.093	1.717.093	Alienação fiduciária de equipamentos
FINEM	248.736	248.736	Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de equipamentos
	<u>2.098.125</u>	<u>2.098.125</u>	

Avais, Fianças e Cartas de Crédito

A VLI S.A é avalista de parte significativa do endividamento do Grupo.

As cartas fianças e cartas de crédito contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cartas Fiança	391.262	330.840
Cartas de Crédito	26.937	38.527

4.16.5 - Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2017 a VLI Multimodal possuía as seguintes linhas de crédito contratadas e não desembolsadas:

	<u>Data da abertura</u>	<u>Prazo de utilização</u>	<u>Montante Total</u>	<u>Montante disponível em 31/dez/17</u>
VLI Multimodal				
FINEM	Dezembro 2016	6 anos	702.886	458.368
LINHA DE CRÉDITO ROTATIVO	Dezembro 2017	3 anos	175.000	175.000

4.16.6 - Covenants

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía os seguintes *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida: Dívida Líquida/EBITDA (LAJIDA - Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e Patrimônio Líquido/Ativo Total. Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes *covenants* de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

4.17 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
ICMS (Impostos s/ circulação de mercadorias e serviços)	4.545	1.972
IRRF (Imposto de renda retido na fonte)	4.566	6.986
PIS, COFINS	3.822	658
ISS (Imposto s/ serviços)	7.937	3.115
Total de tributos a recolher	<u>20.870</u>	<u>12.731</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Tributos a recolher sobre o lucro	18.848	-
Total de tributos a recolher sobre o lucro	<u>18.848</u>	<u>-</u>

4.18 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Salários e encargos	12.483	9.529
Provisão para férias e 13º Salário	8.962	7.450
Benefícios trabalhistas	2.511	131
Participação nos resultados	26.638	-
Outros	2	2
	<u>50.596</u>	<u>17.112</u>

4.19 - Provisões operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Seguro responsabilidade civil	117	132
Seguro risco operacional	487	447
Responsabilidade civil operador portuário	321	366
Provisão para franquia de seguro	10.000	10.000
	<u>10.925</u>	<u>10.945</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Estagiários	R\$ 13
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000

4.20 - Antecipações de clientes

Referem-se a adiantamentos de fretes futuros recebidos de clientes que, em 31 de dezembro de 2017, somavam R\$ 344 (Em 2016 R\$ 474). Serão amortizados quando da prestação de serviços de fretes.

4.21 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram as seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício findo	311.809	205.683
Reserva legal - 5%	(15.590)	(10.284)
Reserva de incentivo fiscal	(559)	(434)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	295.660	194.965
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(73.915)	(48.746)
Dividendos a pagar 2015 incorporação VOF (a)	-	(35.000)
Dividendos 2015	(12)	(69.383)
Dividendos adicionais 2016	(100.255)	-
Dividendos propostos a pagar	<u>(174.182)</u>	<u>(153.129)</u>
Dividendos 2014 aprovados em AGO	-	5
Dividendos mínimos propostos	<u>174.182</u>	<u>153.124</u>
Dividendos propostos total	<u>174.182</u>	<u>153.129</u>

- (a) Parcelas dos dividendos mínimos e adicionais a pagar constituídos pela VOP- VLI Operações Portuária e, declarados em favor da VLI S.A. no exercício de 2015, que em decorrência da incorporação societária da VOP foram assumidos pela VLI Multimodal S.A.

4.22 - Adiantamentos para futuro aumento de capital

O saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo não Circulante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 79.978 (R\$ 79.978 em 31 de dezembro de 2016), trata-se dos recursos repassados para a controlada direta TUF Empreendimentos e Participações, visando atender às necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da controlada indireta Ultrafértil S.A.

4.23 - Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 27 de janeiro de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 50.000 mediante a emissão de 2.219.908.835 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 05 de fevereiro de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 10.000 mediante a emissão de 443.981.767 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de março de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 40.000 mediante a emissão de 1.775.927.068 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de março de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 20.000 mediante a emissão de 1.109.954.417 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado, em contrapartida da Incorporação da VOP o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.172.531 mediante a emissão de 50.400.100.336 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2016 o capital social da Companhia passou para R\$ 8.238.854 representados por 380.101.007.254 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Não houve alterações no capital social da Companhia no exercício de 2017.

<u>VLI Multimodal S.A.</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Ações</u>	<u>Participação</u>
<u>Composição dos Acionistas</u>	<u>R\$</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>
VLI Participações S.A.	0,01	1	0,0%
VLI S.A.	8.238.854.486,75	380.101.007.253	100,0%
Totais	8.238.854.486,76	380.101.007.254	100,0%

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 19 de janeiro de 2000, a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e a VLI Multimodal S.A, celebraram com interveniência da Vale S.A, um Contrato de Opção de

Compra e Venda de Ações da Ferrovia Centro Atlântica S.A. Em 17 de fevereiro de 2012 a VLI Multimodal S.A exerceu sua opção de compra de ações.

O valor de realização de ajustes de avaliação patrimonial de R\$ 6.908, é referente ao percentual da VLI Multimodal S.A. sobre os dividendos do ano de 2012 pagos ao minoritário em 2017 na Ultrafértil S.A.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

d) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

e) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

	<u>31/12/2017</u>
Cálculo da média ponderada	
(380.101.007.253 x 12/12)	380.101.007.253
Lucro líquido do exercício	311.809
Ações em dezembro de 2017	380.101.007.253
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	0,82
	<u>31/12/2016</u>
Cálculo da média ponderada	
(324.151.134.830 x 12/11) + (380.101.007.253 x 12/1)	328.813.624.199
Lucro líquido do exercício	205.683
Ações em dezembro de 2016	328.813.624.199
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	0,63

4.24 - Receitas líquida de serviços prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Bruta		
Receitas de transporte ferroviário	1.872.397	1.812.573
Receitas de serviços portuários	857.983	543.607
	<u>2.730.380</u>	<u>2.356.180</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(40.148)	(27.336)
ICMS	(136.351)	(118.729)
PIS	(31.758)	(33.323)
COFINS	(146.282)	(153.485)
	<u>(354.539)</u>	<u>(332.873)</u>
	<u>2.375.841</u>	<u>2.023.307</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(12.067)	(728)
	<u>2.363.774</u>	<u>2.022.579</u>

4.25 - Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados estão assim representados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(91.446)	(36.519)
Material	(8.894)	(1.144)
Combustíveis	(955)	(261)
Serviços contratados	(83.651)	(43.655)
Serviços transportes ferroviários / portuários	(1.067.902)	(1.032.654)
Depreciação	(674.179)	(617.837)
Tributos e taxas	(5.942)	(220)
Aluguéis	(177.865)	(102.588)
Seguros	(11.996)	(6.676)
Utilities	(4.389)	(1.518)
Viagens	(3.316)	(3.110)
Outros	(361)	(650)
	<u>(2.130.896)</u>	<u>(1.846.832)</u>

4.26 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(10.576)	(10.389)
Material	(8)	(2)
Serviços contratados	(1.172)	(1.147)
Aluguéis	(66)	(140)
Utilities	(39)	(80)
Viagens	(664)	(719)
	<u>(12.525)</u>	<u>(12.477)</u>

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(85.318)	(63.112)
Material	(321)	(42)
Combustíveis	(18)	(16)
Serviços contratados	(30.293)	(23.328)
Compartilhamento de gastos (a)	(12.153)	(9.316)
Depreciação	(6.662)	(6.366)
Tributos e taxas	(303)	(333)
Alugueis	(1.337)	(1.478)
Seguros	-	(108)
Utilities	(515)	(287)
Viagens	(3.957)	(2.881)
	<u>(140.877)</u>	<u>(107.267)</u>

(a) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A foi celebrado entre as partes um Acordo de Cooperação para Compartilhamento de Custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora.

O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	27.378	10.606
Compartilhamento de despesas	73.911	63.345
Recuperação de despesas	55.226	5.689
Bônus/multas contratuais	153.800	223.627
Indenizações de Clientes	15.027	10.389
Alugueis	11.949	42
Outros	7.502	996
	<u>344.793</u>	<u>314.694</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(19.024)	(18.908)
Baixa de Ativos	(2.252)	-
Custo com venda de materiais	(450)	(162)
Participação no resultado	-	(1.076)
Perda de recebíveis	(4.618)	(1.426)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.385)	(452)
Multas contratuais	(2.969)	(14.833)
Outras operacionais	(35.823)	(8.932)
Processos judiciais	(1.664)	(2.001)
Indenizações	(23.834)	(15.315)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(3.527)	(5.376)
Provisão para processos judiciais	(125)	34
Cancelamento de vendas	(5)	-
	<u>(102.676)</u>	<u>(68.447)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>242.117</u>	<u>246.247</u>

4.27 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	38.149	14.313
Juros, taxa e multas de mora	3.912	2.400
Ajuste a valor presente	1.895	-
Outras receitas financeiras	-	3
	<u>43.956</u>	<u>16.716</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(286)	(365)
Despesas com seguro garantia	(65)	-
Encargos sobre cessão de créditos	(59)	(4.137)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(271.326)	(212.298)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(6.361)	-
Encargos por atraso	(122)	(23)
Despesas com pis/cofins sobre receitas financeiras	(2.295)	(1.066)
Despesas com comissão de fiança	(2.653)	(2.087)
Juros, taxas e multas	(1.472)	(3.824)
Derivativos	(4.998)	-
Ajuste a valor presente	(26)	-
Outras despesas financeiras	(340)	(2)
	<u>(290.003)</u>	<u>(223.802)</u>
Receitas com variação monetária e cambial	<u>6.638</u>	<u>3.039</u>
	<u>6.638</u>	<u>3.039</u>
Resultado financeiro	<u>(239.409)</u>	<u>(204.047)</u>

4.28 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Tributos diferidos sobre lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	2.562	2.971
Provisão para processos judiciais	28	-
Outras provisões	9.401	3.458
	<u>11.991</u>	<u>6.429</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	922	1.069
Provisão para processos judiciais	10	-
Outras provisões	3.384	1.245
	<u>4.316</u>	<u>2.314</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	16.307	8.743
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	-	-

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Ano		
2017	-	8.743
2018	16.307	-
	16.307	8.743

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	343.917	343.917	243.375	243.375
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	-	-	20	20
Despesas não dedutíveis	5.679	5.679	2.248	2.248
Equivalência patrimonial	(261.733)	(261.733)	(145.172)	(145.172)
Outras	39	39	8.411	8.411
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquidas	8.735	8.735	6.903	6.903
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais	110	110	(34)	(34)
Constituição (reversão) de outras provisões, líquidas	(2.863)	(2.863)	10.415	10.415
Constituição (reversão) de participação nos resultados	26.638	26.638	(25.215)	(25.215)
Base de cálculo	120.522	120.522	100.951	100.951
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-
Lucro real após compensações	120.522	120.522	100.951	100.951
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(30.107)	(10.847)	(25.214)	(9.086)
PAT	723	-	606	-
Incentivos fiscais	559	-	434	-
Despesas de imposto de renda e contribuição diferidos	5.562	2.002	(3.259)	(1.173)
Imposto de renda e contribuição social	(23.263)	(8.845)	(27.433)	(10.259)
Alíquota efetiva	6,76%	2,57%	11,27%	4,22%

4.29 - Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Contas a receber		
Valia	3	-
Ultrafétil	45	10.969
Vale S/A (a)	23.082	5.507
Ferrovia Norte Sul S.A	1.799	1.637
Ferrovia Centro Atlântica S.A	2.487	4.335
VLI S.A	21	21
	27.437	22.469
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Ferrovia Centro Atlântica S.A (b)	79.978	79.978
	79.978	79.978
Passivo Circulante		
Fornecedores		
MRS Logística S/A	-	(35)
PASA	-	33
Ferrovia Centro Atlântica S.A (c)	40.722	17.328
Ferrovia Norte Sul S.A	-	1.918
VLI S.A (c)	235	3.271
Valia	936	-
Vale S/A (c)	43.109	33.954
	85.002	56.469

Demonstrações do Resultado	31/12/2017	30/12/2016
Receitas		
Outras Receitas (despesas) operacionais		
Vale S/A	73.326	84.711
Ferrovia Norte Sul S.A	38.247	10.412
Ferrovia Centro Atlântica S.A	82.139	50.418
Ultrafértil S/A	5.662	3.838
VLI S/A	(12.153)	(1.562)
VLI Operações Portuárias S.A	-	2.931
	187.221	150.748
Custo com aluguel de equipamentos		
Ferrovia Centro Atlântica S.A (e)	(87.761)	(81.873)
Ferrovia Norte Sul S.A (e)	(14.766)	(13.775)
	(102.527)	(95.648)
Custo dos serviços		
Vale S.A (d)	(819.411)	(875.011)
Ferrovia Centro Atlântica S.A (d)	(100.970)	(661.467)
Log-in Logística Intermodal S.A	-	(5.549)
PASA	(449)	(340)
	(920.830)	(1.542.367)
Previdência Complementar		
VALIA	(4.607)	(3.772)
	(4.607)	(3.772)
Despesas com compartilhamento de gastos		
VLI S.A	(12.153)	(7.752)
	(12.153)	(7.752)
Receitas (Despesas) financeiras		
Ultrafértil S.A	21	-
Ferrovia Centro Atlântica S/A	-	(3.117)
Ferrovia Norte Sul S/A	8	-
	29	(3.117)

- (a) Saldos a receber da Vale S.A. no montante de R\$ 23.082 (2016 - R\$ 5.507) no ativo circulante refere-se a “*take or pay*” oriundo do Contrato de Prestação de Serviço, ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A.
- (b) No ativo não circulante, o montante de R\$ 79.978 (2016 - R\$ 79.978) refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuado para suas controladas FCA e FNS.
- (c) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos Contratos de Prestação de Serviço Ferroviário com a Vale S.A de R\$ 43.109 (2016 R\$ 33.954) e com FCA de R\$ 40.722 (2016 R\$ 17.328); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 235 (2016 R\$ 3.271).
- (d) Os valores relativos a custos dos serviços em 2017 e 2016 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA, Vale S.A.

- (e) Refere-se ao custo do contrato de aluguel de locomotivas e vagões assinado entre a Companhia e suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A e Ferrovia Norte Sul S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e será pago anualmente, sendo o valor ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A.

4.30 - Benefícios a Empregados

Previdência complementar

Foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("VALIA"), entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VLI Multimodal S.A. que participam ou venham a participar do plano.

4.30.1 - Plano de Benefício - VLI Multimodal

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("*Vesting*"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2017, 866 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano.

a) Contribuições

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios VLI Multimodal, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 4.607. (Em 31 de dezembro de 2016 R\$ 3.772).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017.

b) Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(28.224)	(20.761)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(2.535)	(2.121)
3. Resultado obrigação do Benefício Definido	(22.315)	(4.725)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(4.153)	(617)
5. Contribuição de Participante	-	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(57.227)</u>	<u>(28.224)</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principais premissas atuariais		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,84%	12,15%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,34%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,26%	11,13%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000Basic	AT-2000Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,5457	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	41,5925	20,4468

4.30.2 - Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos das empresas do Grupo VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a VLI Multimodal S.A. a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à VLI Multimodal S.A. a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI S.A.. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração. Em 31 de dezembro de 2017 totalizaram o valor de R\$ 51.560 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 31.015).

4.31 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, despesas pagas antecipadamente, demais contas a receber, adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, empréstimos e financiamentos, fornecedores e antecipações de clientes, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 correspondem:

Em milhares de Reais	Valor Contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	1.195.459	284.932	1.195.459	284.932	Nível 2
Contas a receber de terceiros	281.848	224.738	281.848	224.738	Nível 2
Contas receber partes relacionadas	27.437	22.469	27.437	22.469	Nível 2
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.978	79.978	79.978	79.978	Nível 2
Outros ativos financeiros	31	-	31	-	Nível 2
	1.584.753	612.117	1.584.753	612.117	
Passivo					
Empréstimos, financiamentos	3.861.529	2.664.618	3.861.529	2.664.618	Nível 2
Debêntures	455.772	441.402	455.772	441.402	Nível 2
Fornecedores terceiros	129.044	308.867	129.044	308.867	Nível 2
Contas a pagar	2.964	46.972	2.964	46.972	Nível 2
Fornecedores Partes relacionadas	85.002	56.469	85.002	56.469	Nível 2
Outros passivos financeiros	4.998	-	4.998	-	Nível 2
	4.539.309	3.518.328	4.539.309	3.518.328	

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 1.259 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 8.384).

A Companhia contraiu um empréstimo indexado à variação cambial. Esse instrumento foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por meio de instrumento de swap (derivativo), trocando a indexação pela taxa de câmbio por juros indexados em percentual do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de swap foi feito através de análise para proteção do risco cambial. A Política Financeira do Grupo veda a contratação de qualquer derivativo para fins de especulação.

A parcela referente às variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo é registrada como outros passivos financeiros.

O valor justo do instrumento de swap em aberto é o seguinte:

(R\$ MM)	31/12/2017	31/12/2016	Indexadores
Ativo (ponta ativa)	323.218	-	US\$ + 3,3750%
Passivo (ponta passiva)	328.216	-	109,90% CDI
Total de Instrumentos contratados	(4.998)	-	

Desta forma, a Companhia não está exposta à eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017

Indexador	Taxas do final do exercício			
	(i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,89%	6,20%	5,51%	4,48%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2017.

31/12/2017

	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	38.149	34.334	30.519	24.797

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (CDI, TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017

Indexador	Taxas do final do exercício			
	(i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,00%	7,70%	8,40%	9,45%
TR	0,60%	0,66%	0,72%	0,81%
IPCA	2,94%	3,23%	3,53%	3,97%
CDI	6,89%	7,58%	8,27%	9,30%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média ponderada do ano de 2017.

31/12/2017

	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	41.882	46.070	50.259	56.541
Encargos Financeiros - TR	92.188	101.406	110.625	124.453
Encargos Financeiros - IPCA	30.853	33.938	37.024	41.652
Encargos Financeiros - CDI	51.363	56.499	61.636	69.340

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que as prestações de serviços, pelas características dos produtos transportados e a dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo

natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

1. Classificação de Risco para Aplicações em Reais	2. Limite Máximo de Alocação do Caixa por Instituição Financeira	3. Limite Máximo de Alocação do Caixa por valor de Patrimônio Líquido da Instituição Financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- Os limites do *rating* são atendidos pela Companhia e também pela sua Controladora.

Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.317.301	3.106.020
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.195.459)	(284.932)
Dívida Líquida	<u>3.121.842</u>	<u>2.821.088</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Total passivo	4.866.746	3.743.786
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.195.459)	(284.932)
	<u>3.671.287</u>	<u>3.458.854</u>
Patrimônio líquido	8.858.762	8.728.031
Total patrimônio líquido	<u>8.858.762</u>	<u>8.728.031</u>
	<u>41,44%</u>	<u>39,63%</u>

5 - ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteadó

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8

Honorio Elias de Araujo

Contador - CRC-MG 076836/O-0